

REBES REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE



GVAAG - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL - PB
REVISÃO DE LITERATURA

Sintagma nominal: sujeito

José Rivamar de Andrade

Professor, graduado em Letras e especialista em Língua, Linguística e Literatura pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)

Email: rivamar_andrade@hotmail.com

Iluskskhanney Gomes de Medeiros Nóbrega

Bacharela em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e aluna do Curso de Especialização em Assessoria de Comunicação, ministrado pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)

Email: yluska.gmn@gmail.com

Resumo: A pesquisa aborda a morfossintaxe, mostrando como elemento essencial o sujeito na visão tradicional, focalizada por gramáticos e lingüistas que direcionam suas opiniões como normas ditadas para o ensino desse termo da oração. A fundamentação teórica, dentre outros autores, tem por sustentáculo Evanildo Bechara, Ingedore Koch, Celso Pedro Luft, Luiz Carlos Travaglia, Flavia de Barros Carone, que mostram as diferentes acepções para conceituar esse constituinte oracional. O trabalho mostra também esse termo como elemento sempre presente na estrutura textual, destacando as classes gramaticais que podem exercer a função de sujeito dentro de um determinado contexto. Procurou-se elaborar uma amostragem sobre o sintagma nominal, enfatizando o nome na análise morfossintática em indicadores sintagmáticos, mas o nome substantivo permanecendo sempre na função de núcleo do termo sujeito.

Palavras-chave: Morfossintaxe. Sintagma nominal. Sujeito. Indicadores sintagmáticos. Práticas pedagógicas.

Syntaxma rated: subject

Abstract: The research addresses the morphosyntax, showing how essential the subject in the traditional view, focused by grammarians and linguists who direct their opinions as dictated standards for teaching this term of prayer. The theoretical basis, among other authors, is mainstay Evanildo Bechara, Ingedore Koch, Celso Pedro Luft, Luiz Carlos Travaglia, Flavia de Barros Carone, which show the different meanings to conceptualize this constituent of prayer. The work also shows that term as an element always present in the textual structure, highlighting the parts of speech that can perform the function of subject within a certain context. We sought to develop a sampling of the noun phrase, emphasizing the name on the morphosyntactic analysis syntagmatic indicators, but the noun name remaining within the core function of the subject term.

Keywords: morphosyntax. Syntaxma nominal. Subject. Syntagmatic indicators. Pedagogical practices.

1 Introdução

O estudo da gramática vem, por muito tempo, ocupando um espaço importante no campo de estudos da linguagem a ponto de ser inquestionavelmente a única forma de ensino de língua adotada pela escola. Desse modo, é através da gramática que o educando adquire conhecimento de fonologia (estudo do som), morfologia (estudo da forma das palavras), sintaxe (estudo das estruturas frasais) e semântica (estudo da significação).

Historicamente, estudar gramática, nas escolas, era condição essencial para o conhecimento sistemático da língua dita padrão: a modalidade lingüística que possibilitaria ao educando o acesso, dentre outros pontos, ao mundo do trabalho. No entanto, a escola adotando a linguagem gramatical como legítima, criaria uma

atmosfera de preconceitos em relação à linguagem que os alunos trariam para dentro da escola. Assim, eles entendiam que se não aprendessem as normas impostas pela gramática, não estariam aptos a usarem a língua corretamente.

A questão era, então, aprender “as regras de falar e escrever bem?”. O que, na maioria das vezes, não se observava e não se observa ainda, até hoje, é que a gramática traz algumas incongruências conceituais relacionadas ao estudo de suas partes constituintes. Sabe-se que essas são as partes que compõem a macroestrutura gramatical de uma determinada língua, sendo que cada parte possui regras específicas. Assim, a gramática determina normas que regulam os estudos fonológicos, morfológicos e sintáticos, baseando-se apenas numa abordagem preestabelecidas pela gramática. Desse modo,

o falante tem que, apenas, repetir mecanicamente o que defendem os gramáticos, como se as regras fossem uma espécie de “dogma” que precisam ser inquestionavelmente aceitos.

O educando, então, depara-se com o estudo dessas regras, devendo segui-las, religiosamente, como forma padrão de uso. O fato é que elas deixam muito a desejar, visto que não são dadas conforme o uso diário e dinâmico da língua. A gramática não tem uma preocupação em trabalhar contextualizando as regras como o uso prático de cada dia, como se elas por si sós fossem suficientes para atender à demanda lingüística dos alunos.

Então, o resultado disso é a produção de um conhecimento restrito, solto, sendo usual, porém, pouco significativo. O educando precisa ser motivado a refletir sobre as questões lingüísticas da sistemática, autônoma, livre, sem estar preso a conceitos fechados estabelecidos pela gramática, no que diz respeito, principalmente, à análise sintática e morfológica, sendo estas as partes que se encaixam ao estudo do sujeito.

Sabe-se que o estudo do sujeito é defendido na gramática como sendo o “termo essencial da oração”. Essa, dentre outras definições, apresenta problemas quando se parte para o uso prático da língua.

Com base na imprecisão desses conceitos, e no modo fechado como eles são, radicalmente, definidos dentro da norma padrão, foi que se pensou em desenvolver este trabalho, visando, não só compreender o sujeito conforme a tradição gramatical, mas também criar uma atmosfera reflexiva em torno dele, propondo, assim, uma visão que não se delimita apenas ao lado exposto pela norma gramatical, sendo assim, procurou-se mostrar as funções do sujeito nos mais variados enunciados, levando em conta, aspectos históricos, sociais e ideológicos, para não incorrer no erro de restringir a análise do sujeito baseada apenas em frases fragmentadas, desprovidas do seu contexto de produção original.

2 Revisão de Literatura

2.1 Sujeito: historicidade

O estudo do sujeito, em se tratando do discurso, leva-se ao campo vasto das possibilidades. Em sua análise estão abertas múltiplas faces e várias interpretações.

Partindo deste enunciado, Brandão (2002, p. 49) enfatiza esse termo mostrando suas diversas posições e funções. Ela afirma que para se entender o sujeito é preciso estudar sua história. “E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: um sujeito ideológico”.

Levando em consideração a história do sujeito, atesta-se, neste estudo, a importância da ideologia já que não há uma interpretação sem que haja um sentido.

A ideologia tem a função de produzir evidências relacionando o homem ao imaginário com as condições materiais do existencial.

Assim Orlandi (2002, p. 47) assegura que “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo”. “O sentido é assim uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história”.

Tanto Orlandi (2002) quanto Brandão (2002) expõem a relação da história do sujeito com a ideologia, pois ambos querem questionar que, num discurso, os sentidos repercutem num texto, trazendo, na maioria das vezes, várias posições para o sujeito, já que ele não pode ser considerado *uno, homogêneo, todo poderoso*.

Esse sujeito tem como necessidade dividir seu espaço com o outro.

Essa idéia de que não há uma unicidade no discurso do sujeito é que faz com que se estude ou se trabalhe esse termo não ocupando uma posição única, mas identificando-se como pluriforme.

Levando-se em consideração a ideologia, que é a arte das idéias, produtor do sentido, sendo este inerente ao sujeito constituidor do discurso, é que se analisa a sua historicidade, pois não é possível entender totalmente o estudo do sujeito sem ela.

Como o sujeito é um termo gramatical, vale, então, enfatizar a gramática, iniciando por conceituá-la.

Sendo assim, para Varrão *apud* Silva (1989, p. 19): “gramática é a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas”.

Observa-se também a definição por Barros *apud* Silva (1989, p. 34). “É vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E segundo a definição que os gramáticos deram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheita do uso e autoridade dos barões doutos”.

Partindo para um conceito mais moderno de gramática, observa-se que, desde os tempos remotos até hoje, o seu conceito parece imutável.

É trabalhando nesse pensamento que Franchi (*apud* TRAVAGLIA, 2001, p. 24) declara que:

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores e dizer que alguém sabe gramática significa dizer que esse alguém conhece essas normas e as domina tanto nacionalmente quanto operacionalmente.

O que se percebe com essas idéias é que tanto outrora quanto nos dias atuais a gramática normativa é a mesma, tendo as mesmas funções. Essas gramáticas não surgiram para impor novas regras, mas com técnicas mais modernas para adquirir tais conhecimentos.

Na concepção de Prisciano *apud* Silva (1989, p. 20) “Sintaxe é a disposição que visa à obtenção de uma oração perfeita”. Não foge dos padrões modernos o conceito de Prisciano, pois é a sintaxe que organiza, se preocupa com os padrões que estruturam as frases ou orações entre si, pois sintaxe significa ordem, disposição, relação.

Reforçando a função da sintaxe, Sautchuk (2004, p. 35) frisa:

São as leis sintáticas que irão promover, autorizar ou recusar determinadas construções, elegendo-as como “pertencendo à língua portuguesa” ou não pertencentes. Dito de outra forma, se as seqüências (e suas extensões e transformações) forem permitidas na língua, então essas seqüências serão consideradas frases dessa língua. As seqüências

que não forem permitidas serão não frases dessa língua.

Reforçando um pouco mais sobre essa função, Santade, (2001, p. 108), em seu livro *Gramaticalidade*, conceitua a sintaxe com um pensamento mais abrangente e evidente, porém não discorda do que já fora dito por outros autores. “Sintaxe é a parte da gramática que estuda e analisa as funções das palavras na oração. Todos produzem sintaxe por mais analfabetos que sejam. Sintaxe é a própria linguagem”.

Se a sintaxe, como afirma a maioria dos gramáticos, é montada dessa forma: frase, oração e período, este conceito de Santade mantém-se lógico e correto.

São nas frases, orações e nos próprios discursos que se encontra presente o sujeito. Antes de conceituá-lo, vale salientar que, apesar de ser considerado um termo parte da sintaxe, ele também se insere aos estudos da semântica, pois, em muitos casos, é necessária a sua presença porque a parte ideológica é precisa quando se refere à busca e identificação do sujeito (obscuro complexo ou implícito). O que vai definir é o contexto inserido. E como a semântica dispõe estudar a significação das palavras e, sobretudo, das orações, é comum sua presença neste estudo.

Partindo para o conceito de sujeito, Bechara (2004, p. 409) afirma que “sujeito é a unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para construir uma oração”. Então, em outras palavras, é considerado pelos gramáticos como um dos termos essenciais da oração.

Bechara (2005, p. 26) defende ainda que “O sujeito é o termo da oração que indica o tópico da comunicação representado por pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação ou uma qualidade”.

Tais conceitos defendidos por Bechara são vistos como lógicos e até funcionais, mas nem sempre são suficientes, pois, em algumas análises, decidir qual seja o sujeito torna-se um caminho espinhoso, sendo difícil a sua identificação. Daí a importância do trabalho ideológico ao analisar esse termo, porque a presença ideológica dá lugar tanto às normas gramaticais como a outros critérios, tais como o critério de referencialidade, ordem, concordância e o contexto propriamente dito, na busca deste sujeito.

2.2 O sujeito na construção do discurso

Para que se construa a identidade do sujeito, é necessário que haja uma interação entre ele e o outro. O que os interage é o próprio texto. Orlandi *apud* Brandão (2002, p. 62), “o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a unidade no (e do) texto. Conseqüentemente, a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado (construído) pelos / nos dois interlocutores”.

O que Orlandi aponta é que o discurso é formado por cada um dos interlocutores presentes em um dado texto. Não há significação sem a presença dos elementos que proporcionam o sentido. A interação entre interlocutor e receptor é que constitui um discurso, tornando-o coerente.

Sabe-se, então, que tanto o sentido quanto o sujeito são constituídos no discurso. Essa idéia leva ao estudo da descentralização do sujeito, já que não existe discurso sem sujeito. Ele perde sua *centralidade* porque já não se apresenta como uno, mas integra-se aos enunciados funcionamentais.

Brandão (2002, p. 65) ratifica mais uma vez o que Orlandi falara em dizer que “a identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o domina constitui o que Pêcheux chama a ‘forma-sujeito’. A forma-sujeito é, portanto, o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, em outros termos, o sujeito afetado pela ideologia”.

O que Brandão quis dizer é que não há *o sujeito do discurso*, mas várias posições do sujeito, e o que marcará suas posições é a própria ideologia e sentido no decorrer da discursividade. O que se entende, então, é que, no discurso, o próprio sujeito é levado a aceitar que ele não pode ser considerado o *criador absoluto do discurso*. Sendo assim, não é incorreto dizer que o discurso é uma dispersão de textos, e o texto uma dispersão do sujeito. É o que confirma então o fato de um texto ser completo ou formado por uma heterogeneidade do sujeito. Mas, para que haja a identificação deste termo, é essencial a presença ideológica. É a ideologia o constituidor do próprio sujeito. É esse contato entre ideologia e sujeito que pode inaugurar a discursividade.

Frisando-se a questão da posição do sujeito num discurso, vale analisar a idéia de Orlandi (2002, p. 49):

[...] os sujeitos são intercambiáveis. Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição mãe, falando como as mães falam.

O que se entende dessas palavras de Orlandi é que, assim como as mães por si sós ocupam sua posição de mãe, o sujeito ocupa sua posição num discurso. Assim tanto a mãe pode mudar de posição de acordo com a situação como o sujeito de acordo com o contexto.

2.3 Comunicação: sujeito emissor/ receptor

A comunicação é um processo que está ligado à sociedade. A sociedade é, portanto, inerente a ela, pois o homem precisa expor seus sentimentos, sendo transmissor de um conhecimento e receptor do mesmo. Ela tem várias funções, porque não é apenas uma seqüência de signos ou códigos criados pelo homem, mas é essencial e funcional para ele mesmo. Tem a função de informar, de regular os comportamentos, função de interagir com outras pessoas, possuir uma expressão pessoal onde se identifica o próprio eu, e também compõe-se de função imaginativa que cria um mundo onde a fantasia e a beleza prevalecem.

Baseando-se nesta idéia, Martins e Zilberknop (2001, p. 23) declaram que “comunicar implica busca de

entendimento, de compreensão. Em suma, contato. É uma ligação, transmissão de sentimentos e idéias”.

Como comunicar é uma ligação, transmissão, ela consiste em um comunicador (emissor ou codificador), e para que a mensagem seja completa, há também um (receptor ou decodificador). O emissor reformula uma informação ou uma mensagem de acordo com um código, o receptor decodifica ou descodifica a informação recebida pelo emissor.

Então, a mensagem é formada pela pessoa que fala e a que recebe. De acordo com essas afirmações, Rodrigues (2000 p. 42) aprofunda-se um pouco mais sobre o estudo emissor-receptor e afirma que:

O emissor não deve, portanto, ser confundido com o destinatário da mensagem, tal como o receptor não deve ser confundido com o destinatário da mensagem. No caso, por exemplo, de uma mensagem telegráfica. O emissor da mensagem é o aparelho que codifica e emite a mensagem, assim como o receptor é o aparelho que recebe e descodifica. Mas o destinatário é quem concebeu a mensagem que o emissor codifica e emite, assim como o destinatário é a pessoa a quem a mensagem é enviada e que a recebe decodificada pelo receptor.

O que Rodrigues quis salientar é que nem sempre o emissor pode ser pessoa que envia a mensagem, mas o que formula toda a mensagem a ser transmitida por um determinado aparelho codificador. Com isso, a pessoa que recebe a mensagem já decodificada pelo receptor é considerada o destinatário e não o receptor.

Os elementos básicos ou essenciais da comunicação são a fonte, a origem da mensagem; o emissor que é o gerenciador da comunicação; a mensagem que é a informação transmitida; o referente ou contexto que são os assuntos da mensagem; o contato que é constituído pelo canal e o código. O canal é a fonte que envia a mensagem. O código é o conjunto de sinais estruturados e que pode ser verbal ou não verbal. Durante todo esse processo comunicacional, há a conexão psicológica, pois esta é considerada a relação entre a mensagem do emissor e do destinatário, a busca de interpretação por parte de quem recebe a mensagem. E, por fim, tem-se o receptor ou destinatário que é a pessoa a quem a mensagem se destina. É então correto dizer que a comunicação parte de um emissor que é o que produz tais elementos comunicacionais e que se destina ao receptor.

Sabe-se que o processo de comunicação sempre deve conter o emissor e o receptor. Daí, ocorre uma relação entre um sujeito que depende de outro sujeito que formará o discurso comunicacional. Reforçando essa idéia, Peruzzolo (2004, p. 21) esclarece:

Assim, a comunicação é uma relação de ser a ser que quer que passa uma mensagem a outro. Logo, veja bem, a relação é estabelecida por um meio — a mensagem — que se torna, então, o meio de entrar em relação. Daí se tem a relação de comunicação. Essa relação precisa acontecer, precisa fazer-se no tempo e no espaço. Daí que também ela é um ato, uma ação; uma ação que

relaciona seres que se relacionam. Assim a comunicação é um ato, o seu sentido está na relação.

Diferente dos outros conceitos de comunicação em que a classificação é constituída por sua excelência e pelo seu máximo, Peruzzolo define comunicação de uma forma mais redutiva, pelo seu mínimo, menor e mais necessário.

Tais afirmações de Peruzzolo levam ainda a montar um modelo de comunicação. Este se baseia na relação de ser que é igual ao emissor com o outro ser, sendo este o receptor por um elemento que relaciona, a mensagem.

Vale observar que o emissor torna-se receptor a partir do momento em que esse transmite a mensagem deixando para o receptor o direito de também comunicar-se. Quando o gerenciador da mensagem inicia uma comunicação abre oportunidade para o destinatário responder à pergunta, expor suas idéias, interrogar ou até decorrer a outro assunto, passando a ser o próprio emissor.

2.4 O sujeito gramatical e as práticas pedagógicas

É comum ouvir-se que sujeito é agente de determinada ação expressa por um verbo, núcleo de um predicado; que é um ser de quem se diz alguma coisa; elemento com o qual concorda o verbo. Insatisfeito com essa definição, por demais superficial, é que se procurou pesquisar este item da sintaxe tão presente em sala de aula. Por ser um tema tão recorrente, surgiu a curiosidade de estudá-lo de maneira mais aprofundada, para compreender até que ponto vão as incoerências da gramática normativa, como também tentar, de uma forma simples, buscar explicações mais flexíveis para a classificação do sujeito de determinadas orações.

Os professores lidam com este assunto, expondo orações que apresentam uma nomenclatura “imutável”, ou seja, dão uma definição tão básica de sujeito que impossibilita os estudantes da sintaxe de língua portuguesa lançarem um olhar mais inovador sobre este assunto. As gramáticas normativas criaram um estereótipo de que o sujeito é o que provoca toda a ação; que ele é um termo essencial da oração, sem levar em conta o contexto pertinente no período. Nem sempre o sujeito é claro e para identificá-lo tem-se que analisar vários critérios: ordem, concordância, referencialidade.

Espera-se com a execução deste trabalho de pesquisa que, ao invés de possuir uma visão única de sujeito, o educando amplie possibilidades de entendê-lo, já que ele não é tão simples e tão linear como afirmam os defensores da norma padrão. Ao contrário, este é um tema complexo e apresenta inúmeras possibilidades de análise. Além disso, espera-se compreender as incoerências da Gramática Tradicional em relação ao estudo do sujeito, procurando conceituá-lo de uma maneira mais aberta entendendo-o como parte constituinte de uma oração.

2.4.1 Trabalhando a sintaxe pela gramática normativa

A gramática, na maioria das vezes, é vista como sendo um manual de regras que levará o estudante dela a um conhecimento e uso correto da língua.

Martins (2007, p. 112) expõe sua concepção sobre a gramática normativa: “Essa gramática é rotulada comumente de normativa e só trata da variedade da língua dita padrão ou culta, ‘sendo considerado errado’ tudo aquilo que foge a esse padrão”. Desse modo, quem não fala ou escreve conforme os padrões estabelecidos por essa gramática logo são rotulados como aquele que não tem cultura, por isso, não conhece a língua. Cria-se, então, o que se conhece como preconceito lingüístico, ou seja, a língua dita padrão passa a ser a variedade de prestígio, enquanto que as variedades que fogem do padrão da norma culta são desprestigiadas assim como quem a fala. É a variedade padrão que a escola reconhece como legítima digna de ser ensinada. Então é por isso que, quando se ouve falar em gramática, normalmente não vem em mente um outro modelo ou forma para ela a não ser um *amontoado* de regras que levará qualquer indivíduo a falar e escrever *corretamente* fazendo com que a língua culta torne-se parte do seu dia-a-dia.

Nem sempre esse ensino gramatical obtém um aprendizado proveitoso. A intenção da maioria dos gramáticos ou da gramaticalidade é de grande valia, mas a forma como é ensinada e trabalhada nas escolas é que geralmente afasta o aprendiz do estudo. O professor ao ensinar essa gramática deve estar preocupado em adequar o aluno à gramática sem deixar de lado a atual realidade do conhecimento lingüístico e suas possíveis variedades.

É seguindo a linhagem desse pensamento que Bechara (apud MARTINS, 2007, p. 114) assevera que “a grande missão do professor de língua materna é transformar seu aluno em um poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a forma mais adequada a cada momento de comunicação”. Nem sempre os tradicionalistas dão importância a esse pensamento de Bechara, pois tornar-se poliglota da língua é entender e reconhecer que a língua pode variar de acordo com o grau de escolaridade, a posição social, o aspecto geográfico e o contexto histórico no qual se insere cada indivíduo falante da língua. Ignorar isto seria uma forma de anular a realidade lingüística do educando. Contudo a escola tradicionalista tem cultivado um ensino que se reduz a uma única variedade lingüística considerada de prestígio, na qual o estudo da sintaxe está inserido.

Conforme a gramática tradicional, sintaxe é considerado o estudo das regras que trabalham a combinação das palavras para construção de uma frase, ou até mesmo unidades maiores. A sintaxe é dividida em três partes: colocação, regência, e concordância, onde a colocação diz respeito à ordem das palavras nas orações e das orações no período. Enquanto que a regência se preocupa com o agrupamento das palavras dentro da frase, de modo que forme a estrutura básica dos períodos corretamente, e a sintaxe de concordância se preocupa em relacionar as palavras adequadamente dentro da composição sintática.

Esta análise preocupar-se-á basicamente com a sintaxe de colocação em relação ao sujeito em frases, orações e períodos, mas para tornar o assunto mais objetivo, vale antes trabalhar seus conceitos.

Na concepção de Sautchuk (2004, p. 37): “a frase é considerada qualquer unidade lingüística de comunicação que do ponto de vista da oralidade, caracteriza-se por uma entoação própria da situação em que se realiza”. Então Sautchuk quis dizer que tudo o que se entende e passa a ser compreensível no contexto comunicacional é considerado frase. Ela pode ser constituída por uma só palavra, ou várias, podendo vir com verbos ou não. O que irá defini-la é sua entoação, melodia, situação.

Na visão de Luft (2002, p. 30), “Oração é a unidade marcada por um verbo. Em geral, apresenta também um (nome) substantivo, a que se refere e com o qual se concorda o verbo, constituindo a estrutura binária. [sujeito + predicado]”. Então o que se entende de oração é que ela baseia-se ou depende de um verbo para que sua presença ocorra. A oração pode ser o próprio predicado, pois nem sempre a presença do sujeito é explícita em um texto. É o que explica o fato de existir oração sem sujeito, porém não existir oração sem predicado.

Para Azeredo (2004, p. 150): “O termo período é usado para designar uma oração simples ou uma união de orações que funcionam como unidade de comunicação entre a pessoa que fala/escreve e a pessoa que ouve/lê”. O que se percebe é que a organização das frases em oração ou orações é o próprio período.

Sabe-se que, para a colocação do sujeito, ele encontra-se em várias posições. Sua ordem pode ser tanto direta quanto inversa. Na ordem direta, ele aparece em primeiro lugar, pois é considerado como sendo a palavra regente. No enunciado *o amor pode ser em demasia*, a frase está organizada gramaticalmente correta, e o sujeito regente é o termo amor. Quando se diz *A mulher olhou para a árvore misteriosamente*, na construção tem sujeito, verbo, complemento do verbo e adjunto adverbial. Sempre que na frase tiver os termos nesta ordem, diz-se que ela está na ordem direta. A mudança dessa ordem terá uma frase inversa, porém não significa dizer que ela possa mudar seu sentido. Então, quando se lê *misteriosamente a mulher olha para a árvore*, percebem-se os termos desordenados (adjunto adverbial, sujeito, verbo, complemento verbal). É essa a preocupação da sintaxe de colocação, com a ordem de cada palavra, indo conforme a sua função sintática importância da comunhão das idéias.

Na ordem inversa, nesse tipo de sintaxe, observam-se várias outras colocações do sujeito, podendo estar no estilo narrativo, como: *Foi quando às 22:00 horas ela saiu sem dar satisfação*; nas frases gerundiais: *Estudando você assim, não conseguirá nada*; participiais: *Aprovada do teste, saiu contente*; nas orações intercaladas: *A lua, dizia minha amiga, por si só é uma poesia*; orações interrogativas: *Quem disse tamanha mentira?*; nas orações optativas: *Plante coisas agradáveis, e colherá deste fruto*; imperativas: *Lembraivos do primeiro amor.*; exclamativas: *Como é bom viver na simplicidade!*; nas orações do verbo unipessoal, cujo sujeito é a frase imediata: *Convém que se faça o correto*; e por fim, nas frases passivas com o pronome se: *Explicou-se novamente a questão*.

As posições do sujeito nas construções do discurso são diversas, o que o levaria a um estudo mais ilimitado. Isso é válido tanto ao estudo propriamente dito do sujeito quanto ao estudo geral da sintaxe.

Nas práticas pedagógicas, o que mais prevalece ou o que prevalece é a gramática normativa ou prescritiva. Com isso, as escolas se prendem, na maioria das vezes, a esse tipo de gramática, evitando que os alunos trabalhem com maior ousadia o seu lado crítico, abrangente e ilimitado do conhecimento, bloqueando os levantamentos de discussões.

Como se vê, é esta a função da gramática normativa, impor regras que devem ser seguidas, e o trabalho da sintaxe imposta por ela é trabalhar a combinação “correta” das palavras em relação ao discurso do sujeito enunciativo.

2.4.2 Sujeito: estrutura textual

De uma forma mais comum, o conceito de texto baseia-se em uma junção das palavras orais ou escritas, não combinadas aleatoriamente, mas unidas formando um todo significativo.

O texto, hoje, não é só concebido como sendo uma unidade lingüística formada por um amontoado de frases conectadas umas às outras através do mecanismo de coesão textual. Um texto pode ser uma simples frase, desde que seja dotado de sentido que seja capaz de contemplar uma situação comunicativa. Com o estudo pragmático do texto, ele passou a ser visto como resultados comunicacionais de cada pessoa que atua na sociedade. Essas pessoas dispõem suas ações com objetivos de adentrar-se totalmente ao fim social através dessas atividades verbais.

O texto pode, com base nessa exposição, ser explicitado através das seguintes palavras de Koch (1998, p. 22):

Poder-se-ia assim conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da atividade de processo e estratégia de ordem cognitiva como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Portanto, o sentido não está no texto, que é estruturado por frases, períodos ou orações, mas, é a partir dele que se constrói um processo elaborado que objetiva a interação social.

Um texto pode ser constituído por períodos simples ou composto sendo que este se divide em orações. Gradativamente, as orações são constituídas pelo que os gramáticos chamam de termos essenciais da oração. De acordo com eles esses termos são sujeito e predicado. Mas, Pesnière *apud* Carone (2004, p. 72-73) parte com outro pensamento com relação a esse termo essencial, e expõe:

Em lógica, o essencial opõe-se ao acidental, na medida em que aquele é indispensável para que o ser exista, para que o ser seja, visto que é a sua própria essência. Se logo em seguida encontrarmos, na NGB e nas gramáticas que a seguem, a espécie oração sem sujeito, só podemos

concluir que se trata de uma “oração não-oração”, pois a construção foi mutilada na sua essência. Então, já não é.

O que Carone quis mostrar é que, muitas vezes, o sujeito não existe na frase, por isso ser considerado um termo essencial é uma afirmação equivocada, podendo ser parte integrante da oração, ou um complemento do verbo. Mas, levando em consideração a posição do sujeito no texto, sem se preocupar se ele é essencial ou não, observar-se-á sua presença nos mais variados enunciados.

Há texto em que o sujeito está claramente identificado, o que possibilita seu estudo e análise. Neste caso em: *eu me apaixonei por um anjo*, o sujeito eu é representado por um pronome pessoal sendo classificado como um sujeito simples. Em outra situação, ocorre o sujeito composto, quando se diz *ele e ela estavam na praia*, o sujeito desta vez é representado pelo pronome pessoal e sua classificação é de um sujeito composto, pelo fato de apresentar dois núcleos principais, isso em relação aos pronomes.

Estes tipos de exemplos, geralmente, encontram-se nas gramáticas tradicionais e, mesmo em se tratando dos sujeitos classificados como *oculto indeterminado* e *inexistente*, essas gramáticas nem sempre mostram todas as possibilidades de análises e compreensão do sujeito. E as frases trabalhadas geralmente são óbvias. Então na frase: *fizeste exatamente como ordenaram*, o sujeito é oculto, pois de acordo com a desinência verbal o sujeito elíptico é o pronome pessoal tu. E em: *mataram o vizinho! Comentava-se na rua*, o sujeito é indeterminado, pois o verbo não está se referindo a uma pessoa determinada. Neste caso, o verbo geralmente encontra-se na 3ª pessoa do plural ou 3ª do singular com a partícula *se*. E, por último, ao analisar a frase: *choveu este fim de semana*, o verbo é impessoal, pois expressa fenômeno da natureza, e, neste caso, o sujeito é inexistente.

Estando nítido ou não, sabe-se que a presença do sujeito é indispensável em um texto. Há casos em que as normas gramaticais não são suficientes para com esse estudo, isso faz com que o estudo semântico atue neste trabalho. Neste caso, o contexto insere-se de forma relevante, ajudando a trabalhar este sujeito nas frases.

Em textos grandes para identificar um sujeito é preciso analisar o contexto, então em: *Maria era uma meiguice de pessoa. Saía andando e cantando sem parar. O seu vestido era um pouco amarrotado e rasgado. Seu olhar era cansado, mas era, era mesmo meigo. Não chora! Dizia quando me via aos prantos. E de repente, ia embora a cantarolar*. Neste exemplo, o sujeito de quase toda a ação é Maria. Se cada um destes períodos estivesse avulso, essa identificação seria mais intrincada.

Outro fato pouco estudado nas escolas é a função da partícula “se” como sendo o próprio sujeito da frase. Quando se analisa no enunciado: *Contemplou-se ao amanhecer*, percebe-se que esse pronome indica um sujeito (indeterminado), por isso caracteriza-se como o índice de indeterminação do sujeito. E é por isso que alguns lingüistas entram em contraste com os gramáticos com relação a essa partícula, e dizem que ela nem sempre pode ser apassivadora.

Bagno reserva um capítulo em seu livro *A língua de Eulália* para defender que o sujeito, em certos tipos de

frases, aparece explícito embora a gramática assegure que não. Então nas frases tomadas por ele: “nessa padaria se come uns docinhos ótimos” (2003, p. 133), e “nessa padaria são comidos uns docinhos ótimos” (2003, p. 136), elas estão corretas gramaticalmente, porém os seus sentidos as tornam censuráveis, pois o que se leva a entender é que os docinhos comem a si mesmos. É, então, por essa razão que Bagno continua defendendo que o correto seria dizer: “Nessa padaria se come uns docinhos ótimos” (2003, p. 133). Ele assevera que a ordem está gramaticalmente correta (sujeito, verbo, objeto), onde o “se” é o próprio sujeito, “come”, o verbo, e “uns docinhos ótimos”, objeto. Em função dessa argumentação, o sujeito se será aquele que pratica a ação, ou seja, o agente da frase. Mas os gramáticos normativos não aceitam tais idéias, pois, neste caso, a partícula tem que figurar como apassivadora (voz passiva), e não na voz ativa.

Como o sujeito se estrutura gramaticalmente, o que prevalece é a regra normativa deste termo.

2.4.3 Morfossintaxe: a classe e a função subjetiva

Morfossintaxe é a parte da gramática que tem a função de estudar os morfemas de acordo com a função sintática. Na visão de Carone (2004, p. 23):

O morfema é, pois uma abstração que envolve significados e possibilidades combinatórias. Apresenta-se, o mais das vezes, formalizados em fonemas, que se concretizam por meio de sons. É importante reiterar que essa transição de fonema a morfema implica uma diferença qualitativa, consubstanciada na incorporação de um significado ao conjunto fonemático, que passa, por esse motivo, a constituir um signo-entidade dual em que se ajustam irreversivelmente duas faces: o significante e o significado. É essa a essência do signo, aquilo que o faz “ser”. É por isso que o morfema difere essencialmente de outra construção de fonemas, a sílaba; se um morfema e uma sílaba tiverem a mesma configuração fonemática, terá sido “mera coincidência”.

O que se pode entender é que morfema não é conceituado como sendo apenas a menor unidade gramaticalmente pertinente, mas uma unidade mínima significativa. Não é tampouco o próprio fonema, mas é uma ligação entre ele, sendo formado pelo mesmo. São, portanto, constituintes essenciais diferentes, de níveis diferentes.

O estudo da morfossintaxe é composto pela análise morfológica e sintática. A morfológica estuda os morfemas, e a sintática, a estrutura interna de cada oração, a ordem correta das palavras.

Para Santade (2001, p. 69), “morfologia é a parte da gramática que estuda a parte da palavra. É a parte clássica da palavra”. E “sintaxe é a parte da gramática que estuda e analisa as funções das palavras na oração”.

Então, a morfossintaxe parte das regras que regem a estrutura interna de cada palavra, e as funções das palavras em frases, orações e períodos. Através deste estudo morfossintático, observar-se-á que a parte morfológica e a sintática possuem um estudo que

fornecerá a análise do sujeito presente nas classes e funções gramaticais.

A morfologia trabalha com as classes gramaticais, e cada núcleo dessas classes apresenta uma função estudada através da sintaxe. As classes gramaticais como substantivo, pronome substantivo e palavra de valor substantivo podem se caracterizar como núcleo do sujeito.

Neste pensamento, Pasquale (1998, p. 348) afirma que “sob a ótica da morfossintaxe, pode afirmar que sujeito é uma função substantiva, porque são os substantivos e as palavras de valor substantivo (pronomes e numerais substantivos ou outras palavras substantivadas) que podem atuar como núcleo dessas funções nas orações portuguesas”. É o que acontece, portanto, com os substantivos, quando, por exemplo, em algumas orações, o núcleo é próprio substantivo. Quando se analisa sintaticamente a frase *a palavra governa o mundo*, sabe-se que o termo *palavra* tem a função de sujeito e morfologicamente é um substantivo.

Nos pronomes é visto, tal qual o substantivo, a importância e presença do sujeito. Por isso quando se diz *quem poderá entender os mistérios do coração?* A presença desse termo é notável. Na visão morfológica, a palavra *quem* é um pronome indefinido, e sua função sintática é a de sujeito. E ainda nas palavras classificadas por numeral e expressão substantivada. Sendo assim, quando se analisa as frases: *os dois vieram até mim*, e *o gostar em mim é evidente*. Tem-se como núcleo os termos dois e gostar, sendo claramente identificado como sujeito.

Em tais exemplos é visto que o termo oracional sujeito tem uma função importante no estudo da morfossintaxe.

2.5 Sintagma Nominal: sujeito

As relações de diferenças entre os termos de uma língua correspondem a duas formas da atividade mental humana: a dos termos no discurso e a dos termos fora dele. No discurso ou fala, eles estabelecem entre si, num encadeamento natural, relações que se baseiam no caráter linear da língua e que impedem ao falante de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo: eles se alinham um aos outros em cadeia, observe-se estas construções: reler; de verdade; os livros de Pedro; o homem é feliz; partiremos quando quiseres. Essas combinações que se apóiam na extensão são os sintagmas.

Reportando-se ao que Saussure e Martinet consideram o que seja o sintagma, é fácil deduzir-se que sintagma é a combinação de duas ou mais unidades consecutivas num conjunto, pois Saussure (1999) diz que “é toda combinação na cadeia da fala”, e Martinet designa sob o nome de sintagma “toda combinação de morfemas”. Se se observar atentamente, ambos dizem a mesma coisa.

Indo-se da teoria à prática, vê-se que tudo está explícito em construção como esta: palavra primitiva (“bela”); derivada (“reler”); composta (“guarda-chuva”); locuções (“de verdade”, “deve sair”); em membros de frases (sujeito, predicado, complementos); em frases completas (“o homem é feliz”, “partiremos quando quiseres”).

Para se chegar a uma oração é necessário antes haver uma combinação das palavras para formar as frases e, conseqüentemente, as orações. Tais combinações não

são aleatórias, sendo preciso que obedeça a determinadas ordens e princípios da língua. Em cada palavra há uma combinação para com a outra palavra formando um conjunto em função de um núcleo. Esse conjunto chama-se sintagma e é ele que desempenha a função que terá o termo frase. Sendo assim a oração é formada por constituintes que montam uma estrutura sintática considerada a unidade básica do enunciado.

As orações são estruturadas por sintagmas que trazem a base fundamental à oração. Os sintagmas são os elementos que dão sentido a essa oração. Eles mantêm entre si uma relação que os torna dependentes.

Segundo uma concepção original, o sintagma se referia a qualquer segmento da lingüística como a própria palavra; a sentença e, até mesmo, o período. Mas recentemente ele é visto como sendo as partes da sentença, sendo caracterizado conforme o tipo gramatical dos seus elementos nucleares.

Para ressaltar sobre sintagma, Luft (2002, p. 31) expõe seu pensamento a respeito desse elemento quando declara: “Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial”.

Sob o ponto de vista de Koch e Silva (1986, p. 14), “o sintagma consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração a que mantém entre si relações de dependência e de ordem. Organiza-se em torno de um elemento fundamental denominado núcleo, que pode por si só constituir o sintagma”.

Então esses sintagmas são os que estruturam as frases, levando em consideração que tais sintagmas são unidades sintático-semânticas, isso porque ele não se diferencia ou não deixa de ser confundido com o estudo sintático, pois quando se analisa qualquer elemento sintagmático (nome, pronome, complemento e outros termos oracionais), sabe-se que de forma simultânea está analisando as funções pertencentes a esse estudo. E a semântica também está inserida neste trabalho, porque, após uma análise sintática, o enunciado tem que se apresentar de forma que venha a construir orações com idéias organizadas de um pensamento lógico, significativo.

Partindo para com um pensamento lingüístico a respeito do sintagma é sabido que num processo de língua, todo o seu estado compõe-se de ligações sendo que estas se desenvolvem por meio de duas formas diferentes, tendo cada uma a sua importância, sendo estas as relações associativas e as relações sintagmáticas. Nesse sentido, Saussure (1999 p. 142-143), ao se dirigir sobre essas duas relações, defende:

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude do seu encadeamento relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações que se apóiam podem na extensão ser chamada de sintagmas. Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum, se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas.

O que Saussure quis ressaltar é que, em um estudo sintagmático, as palavras têm que estar de forma alinhada, e de modo a entender que, para elas adquirirem importância precisam se opor ao termo que antecede ou segue, ou seja, os diferentes vocábulos pertencentes a um mesmo sintagma devem desempenhar funções diferentes. Por exemplo, em um sintagma nominal, o substantivo que funcionará como núcleo pode ser determinado como artigos, pronomes e numerais, e sua modificação ser constituída por adjetivos, locuções adjetivas ou orações subordinadas adjetivas. Desta forma, percebe-se a presença dos vocábulos organizados nos sintagmas. Esses vocábulos, dependendo então da sua posição, podem desempenhar diferentes funções. Em se tratando das relações associativas, as palavras compõem-se de semelhanças, desta vez não se opondo uma as outras, mas tendo algo em comum no que diz respeito aos seus significados. É quando, por exemplo, analisa a palavra ensinamento e relaciona-se a palavra conhecimento, já que ambas têm significados semelhantes.

Então, observa-se que, quando se trata de vocábulos, frases, períodos, orações, o sintagma torna-se presente, porque é considerado um segmento lingüístico que expressa relações de dependência tornando o constituidor da oração.

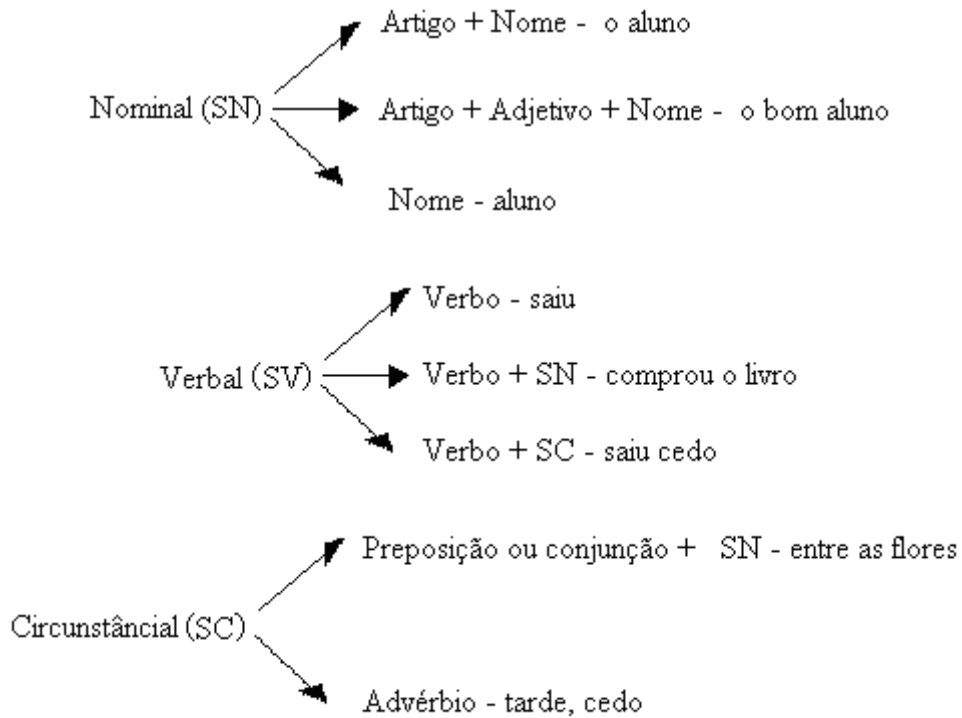
2.6 Os indicadores sintagmáticos

Os sintagmas que compõem uma oração simples, de sentido completo, classificam-se em verbal e nominal. O sintagma nominal é representado desta forma pelo fato de possuir como núcleo um nome; enquanto que o sintagma verbal tem como núcleo um verbo. O núcleo nominal não é necessário que se componha de um nome propriamente dito, mas por um pronome, sendo este substantivo.

Além do sintagma nominal e verbal são presentes nas orações os sintagmas adjetivados, onde o seu núcleo é um próprio adjetivo e o sintagma preposicionado, tendo como indicador uma própria preposição acompanhado de um sintagma nominal. Porém os elementos-base para a oração é sintagma nominal e verbal, sendo estes obrigatórios em uma oração, enquanto que, as demais existem para determinar, intensificar, modificar, substituir o nome, neste caso os pronomes. Então alguns indicadores do sintagma podem se fazer presentes em um texto, porém não são necessários ou não prejudicam a estrutura sintática se não estivessem presentes. Levando como exemplo tal afirmação, na frase onde se tem: *O barco estava furado na praia*, em que *O barco* e *estava furado* (SN e SV) são essenciais para a constituição oracional, enquanto que o termo *na praia* percebe-se que a sua ausência não prejudicaria a estrutura que compõe o sintagma.

Além dos constituintes-base existem os determinantes podendo ser os artigos, pronomes, e numerais. No sintagma nominal, percebe-se a ramificação dos demais sintagmas assim como no verbal.

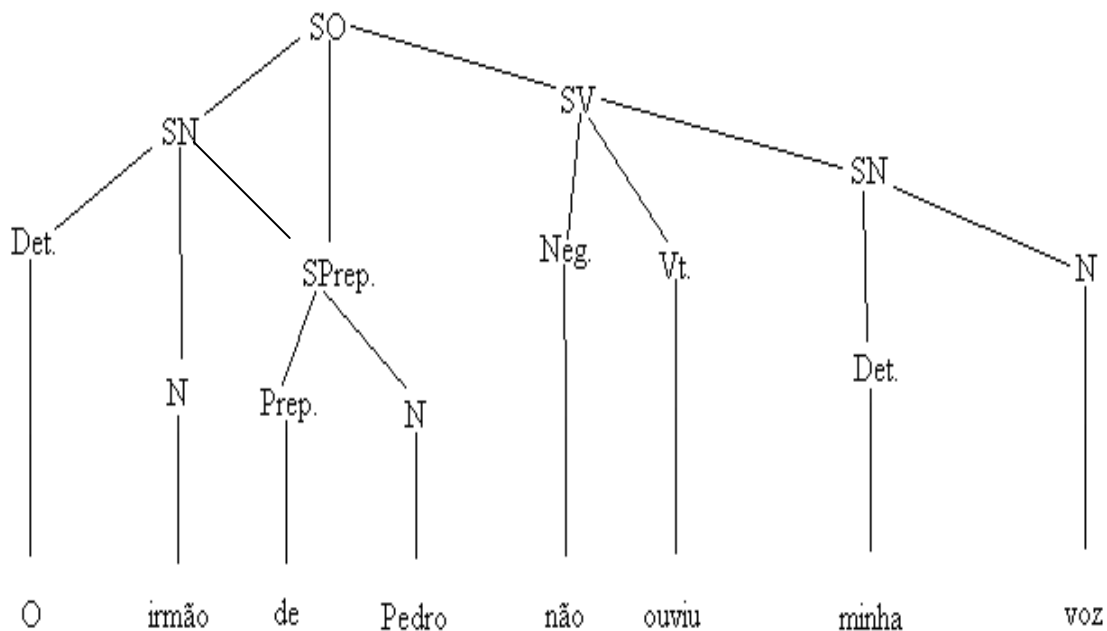
Para efeito de análise sintática, o sintagma está assim classificado:



Neste diagrama arbóreo observa-se que a oração se apresenta com o elemento regente e introdutório acompanhado dos elementos – base (SN e SV) em que o nominal compõe-se dos seus determinantes e o núcleo nominal, e o verbal pelo próprio verbo e complementos. É notável que em cada oração os indicadores sintagmáticos se fazem presentes de acordo com a frase analisada.

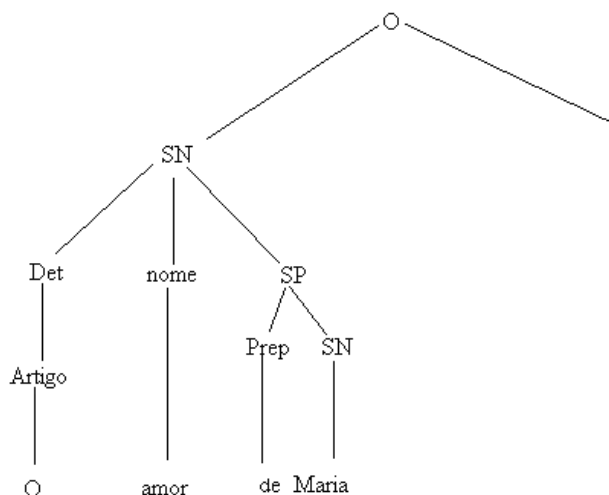
Importa, assim, conhecer também os sintagmas considerados complementares. Diante das considerações apresentadas anteriormente, veja-se o demonstrativo da uma árvore sintagmática:

O irmão de Pedro não ouviu minha voz.



No exemplo que se segue, o sintagma nominal ainda é formado pelo determinante, que neste caso é um artigo do nome. O verbal compõe-se de um verbo, seguido de sintagmas nominais. Vale salientar que um sintagma nominal geralmente virá seguido de um determinante; modificador; intensificador (que serão

normalmente um adjetivo); o pronome, e a preposição. Nesse sentido, tem-se mais uma frase onde exemplifica o que se afirmou. Veja-se em: o amor de Maria não me trará felicidade nunca. Sua distribuição forma-se da seguinte maneira:



Convém observar que em uma oração os termos não obrigatórios apresentam características que, na concepção de Koch, não quebram ou eliminam a estrutura da frase. Com isso, ela argumenta (1986, p. 15), que

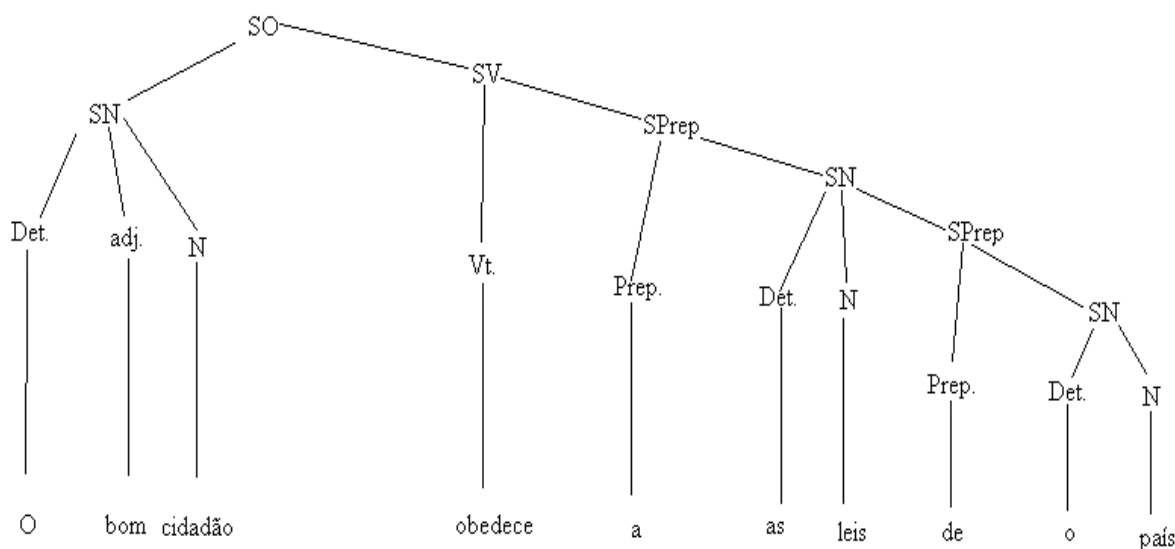
Alem dos elementos obrigatórios, SN e SV, existem orações que apresentam um terceiro subconjunto, com as seguintes características: a) é facultativo, isto é, sua ausência não prejudica a estrutura sintática da oração; b) é móvel, ou seja, pode ser deslocado de sua posição normal (após o SN e SV), vindo anteposto a esses sintagmas ou, ainda, intercalado; c) apresenta-se, geralmente, sob a forma de um SP.

Como esses elementos, neste caso as preposições e seus componentes, não são essenciais em um enunciado, tendo a função de complementar os elementos principais,

eles podem, sem nenhuma quebra de sentido, se ausentar da frase. E como no estudo sintagmático, os gramáticos afirmam que o sintagma preposicionado é formado pela preposição, sintagma nominal e seus determinantes, e o advérbio, sabe-se que é este elemento que trará uma integração as frases, como defendeu Koch, porém não trará a essência. Então se recorrendo deste pensamento, Koch (op.cit) ainda conclui: “Assim, ao lado das orações constituídas apenas de SN e SV, tem-se aquelas compostas de SN + SV +SP, de modo que as regras básicas de estrutura frasal são as seguintes: $O \rightarrow SN + SV + SP$ ”.

Neste sentido, considera-se que em tais indicadores, levando em questão tanto os sintagmas principais quanto aos que dão complemento aos mesmos, sabe-se que eles formam a estrutura geral da frase.

Observa-se a análise morfofossintática seguinte:



Pode-se notar, pelos exemplos apresentados, que sintagma, na cadeia do discurso lingüístico, é o resultado da combinação de uma ou mais unidades na construção frásica do pensamento.

2.7 Análise morfofossintática em indicadores sintagmáticos com destaque para o sujeito

A gramática tradicional faz uso da noção de classe e função gramatical sem levar em consideração um estudo mais aprofundado desses elementos morfofossintáticos.

Neste raciocínio, convém lembrar de uma classe pouco abordada pela gramática, que é a dos sintagmas nominais, por exemplo. Sua função e seu uso são de total importância, pois ao trabalhar os sintagmas da oração, comprova-se que tal termo se faz presente atuando dentro da sintaxe e da morfologia, o que significa dizer que ao separar, de acordo com a ordem das palavras, nota-se que elas possuem características dessas funções.

Quando numa divisão dos sintagmas analisa-se o nominal, descobre-se que esse constituinte pode ter a função de sujeito da oração, e objeto indireto acompanhado por preposição. Este tipo de sintagma num pensamento amplo, é visto como parte formadora de uma expressão que irá se referir a alguma coisa, situação, objetos, pessoas e ocorrências. É por isso que, na maioria das vezes, ele constitui-se da classe gramatical que se insere na estrutura sintática do sujeito.

Em uma visão direcionada ao estudo do sujeito, em relação ao sintagma nominal, observa-se que nas mais diferenciadas orações esse constituinte pode ser considerado o próprio gerenciador do sujeito. É portanto o que assegura Azeredo (2004, p. 154): “O sintagma nominal tem a função de sujeito e o sintagma verbal tem a função de predicado”.

O sintagma nominal presente nas frases aparece de forma clara, de modo que sua inexistência deixa de considerar uma generalização relevante na língua. Essa classe sintagmática pode se fazer presente em diversas funções sintáticas.

O fato de os gramáticos não trabalharem a favor de uma noção clara e sistemática para com esse sintagma, faz com que essa classe se torne complicado, densamente aleatório e sem unidade. É notável que esse sintagma, com base nos tradicionalistas da norma padrão é formado por termos que designam certa classe. É por isso que afirmam que para se analisar sua estrutura interna deve salientar que ela compõe-se de um substantivo, um artigo com um substantivo, ou de um pronome pessoal, sendo este o núcleo do sintagma.

É com base nessas regras tradicionalistas que Perini (1985, p. 37) parte de um pensamento crítico a esse respeito e assevera:

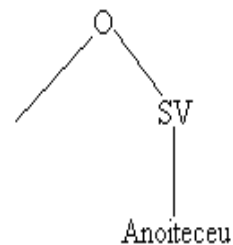
Estabelecendo o sintagma nominal como uma classe de formas, podemos solucionar essas deficiências de modo bastante simples. A estrutura interna do sintagma nominal será definida uma só vez na gramática: o sintagma nominal se compõe de um substantivo, ou de artigo seguido de substantivo, ou de pronome pessoal. (a composição do sintagma nominal é bem complexa). A partir daí diremos que o sujeito é sempre composto de um sintagma nominal; o mesmo afirmaremos do objeto direto; o objeto indireto se compõe de preposição mais sintagma nominal (acentuados os casos de clíticos como *lhe*, que precisarão ser tratados à parte, dado seu comportamento sintático peculiar). Trata-se simplesmente, de estender sistematicamente as seqüências de palavras o tratamento que se dá as palavras individuais. Não costumamos dizer que as palavras *correr*, *dizer*, *ir* e mais outras milhares variam de pessoa, mas antes que o verbo varia em pessoa; igualmente, diremos

que um sintagma nominal pode ser sujeito e não que um substantivo, uma seqüência de artigo mais substantivo, um pronome pessoal, etc. Podem ser sujeitos. E também com isso capturaremos na gramática o fato de que as formas que podem desempenhar a função de sujeito são as mesmas que podem desempenhar a de objeto direto.

O que Perini traz como reflexão é que ao analisar um sujeito ou um objeto de sintagma nominal não se deve avaliar apenas a estrutura que levaria a entender que seria um sujeito. Em outras palavras iria identificar através da lista das classes gramaticais o núcleo que formaria o sujeito. É por isso que, é correto afirmar que um sintagma nominal pode ser o próprio sujeito sem enfatizar a classe que o levaria a essa conclusão. No entanto, é necessário avaliar que o sujeito será sempre um sintagma nominal, mas nem sempre um sintagma nominal constitui um sujeito, e é por isso que Koch (1998, p. 29) declara:

Considerando a descrição de todos os sintagmas (SN, SP, SA, SV) percebe-se que apenas o SV desempenha sempre a mesma função na oração, a de predicado; os demais podem exercer funções variadas dependendo do módulo ao qual se encontram ligadas. Assim, em: *o foragido atravessou a fronteira muito lentamente*, há dois SNs, o primeiro (o foragido) exercendo função de sujeito porque se apresenta como uma primeira divisão da oração, e o segundo (a fronteira) funcionando como objeto direto, porque é uma ramificação do SV. Portanto o mesmo tipo de sintagma, pode aparecer em várias posições, como subdivisão de outros sintagmas, passando a exercer funções diferentes.

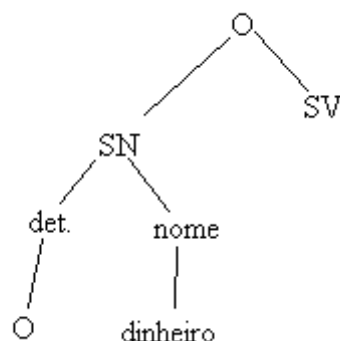
Mesmo com essa idéia exposta através de Koch, de que nem sempre o sujeito é parte funcional do sintagma nominal, pode se perceber que este termo se faz presente direta ou indiretamente em um enunciado. É quando, por exemplo, se analisa a frase em que o sujeito não aparece na frase, mas que existe, mesmo sendo com posição da estrutura. Mesmo o sintagma nominal não estando presente na frase, sua posição pode ser subentendida como sendo preenchida lexicalmente. Sendo assim, em: *Anoiteceu*, a frase estrutura-se desta forma



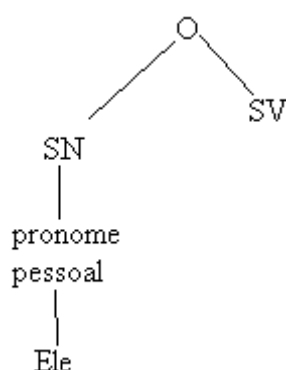
O sujeito, nesse enunciado, não existe por conta do verbo impessoal, mas, como defende Koch (op.cit, p. 15): “O sintagma nominal existe como posição estrutural”.

Levando em consideração o sintagma como um “núcleo nominal” claramente exposto, dando ênfase ao “núcleo sujeito”, seguem-se alguns exemplos que dizem

respeito a essa classe. Então, quando se diz: o dinheiro é essencial à vida diária, tem-se



O dinheiro é o sujeito sintagmático, é o elemento principal que compõe esse sintagma. E ainda quando se lê: Ele soube machucar o meu coração, a estrutura é na seguinte maneira:



Nestes contextos, basta considerar que em tais estruturas, o sintagma nominal se faz presente no papel de uma classe particular de formas, que trabalha na classificação das palavras e na função, de modo que traga um estudo abrangente e de maior significação para com os textos.

3 Considerações Finais

Este estudo preocupou-se em perceber a complexidade que há em uma análise gramatical e, neste caso, o estudo do termo parte desta gramática, denominado sujeito. Então, para atingir um resultado recompensador, buscou-se um desenvolvimento baseado em referências bibliográficas que estão de total encontro ao tema proposto.

Na perspectiva de se chegar a um conhecimento que não se limita apenas a uma mera concepção de um determinado autor, foram consultadas diversas fontes constituídas de várias visões, sendo estas, gramáticos ou lingüistas, os responsáveis por um pensamento peculiar tido por eles onde tornava um trabalho de grande valor argumentativo.

O que se espera desta pesquisa é que os educadores tentem não se prender a apenas conceitos tradicionais mesmo quando estiverem trabalhando esse aspecto, mas procurem enxergar de forma crítica e reflexiva os assuntos expostos de diversas regras oferecidas pela gramaticalidade. Só assim, a equipe docente / discente terá uma visão convincente do termo gramatical em estudo.

Acredita-se que este trabalho não se delimitou apenas a conceitos escritos, mas mostrou que da teoria chega à prática nas salas-de-aula. Espera-se que esta pesquisa sirva de respaldo para os educadores avaliarem como está sendo o seu desempenho educacional, levando a refletir se estão tendo como base apenas o que um livro didático aborda, sem sair do “já conhecido” e do tradicionalismo, ou se estão buscando estudar as várias faces de um determinado assunto, confirmando se aquele tema pode conceituar-se somente daquela maneira.

Conclui-se, então, que no estudo gramatical, neste caso do termo estudado, sujeito, não se deve trabalhar apenas o que os gramáticos tradicionalistas impõem, mas ler tanto as linhas como também as entrelinhas, para que fatores inovadores surjam como acréscimo de conhecimento.

4 Referências

- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 2004.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. 17. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- _____, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. 9 ed. São Paulo: Ática, 2004.

CIPRO NETO, Pasquale. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

MARTINS, Dileta Silvera; ZILBERKNOP, Lúbia Seliar. **Português instrumental**. 22.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

_____, Dileta Silvera; ZILBERKNOP, Lúbia Seliar. **Português instrumental**. 26.ed. [S. L.]: Atlas, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli: **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Elementos de semiótica da comunicação: quando aprender é fazer**. Bauru: EDUSC, 2004.

PERINI, Mario A. **Para uma nova gramática do Português**, série e princípios. Ed. Ática, São Paulo, 1985.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Dicionário breve da informação e da comunicação**. Lisboa: Presença, 2000.

SANTADE, Maria Suzett Biembengut. **Gramaticalidade em sala de aula**. Campinas: Alínea, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 21. ed. São Paulo: Lultrix, 1999.

SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo) sintaxe**. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Lingüística aplicada ao português: sintaxe**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.